

Estratégias de atuação da ultradireita na América Latina: o Comitê Cívico pró Santa Cruz boliviano¹

Juliana Magalhães de Castro²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação de organizações conservadoras na América Latina nos últimos anos a partir de um estudo de caso, por meio de notícias e das ações e estratégias adotadas pelo Comitê Cívico pró Santa Cruz, na Bolívia. Tal organização que tem setores conservadores da igreja católica entre seus principais aliados, existe desde a década de 1950, mas vem ganhando destaque na mídia desde 2016, data da principal derrota política sofrida pelo MAS no país, isto é, do referendo constitucional popular que deliberou sobre a possibilidade de reeleição do então presidente Evo Morales por mais cinco anos. O Comitê Cívico Pró Santa Cruz destacou-se como principal oposição ao governo de Evo e, em 2019, protagonizou inúmeras manifestações que pediam a renúncia do mesmo, que ocorreu em novembro do mesmo ano. Entre suas principais referências estão Luis Camacho, nome que ficou conhecido por disputar as eleições contra Evo Morales e também por ser uma das principais lideranças dos protestos que tencionaram a renúncia do então presidente. A partir de notícias retiradas de três periódicos latinoamericanos: 1) O globo – Brasil; 2) La Nacion – Chile; e 3) O Clarín – Argentina, no ano de 2019, pretendo, por meio de análise comparativa documental, me debruçar sobre o discurso produzido sobre o Comitê Cívico de Santa Cruz para então analisar as estratégias adotadas pela entidade.

Palavras-chave: América Latina; Conservadorismo; Golpe; Brasil; Bolívia.

Estrategias de acción de la ultraderecha en América Latina: el Comité Cívico Boliviano Pro Santa Cruz

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el desempeño de las organizaciones conservadoras en América Latina en los últimos años a partir de un estudio de caso, a través de noticias, de las acciones y estrategias adoptadas por el Comité Cívico pro Santa Cruz, en Bolivia. Tal organización que tiene a sectores conservadores de la Iglesia Católica entre sus principales aliados, existe desde la década de 1950 pero ha ido ganando protagonismo en los medios desde 2016, fecha de la principal derrota política que sufrió el MAS en Bolivia, es decir, la referéndum constitucional popular que deliberó sobre la posibilidad de reelección del entonces presidente Evo Morales por otros cinco años. El Comité Cívico Pro Santa Cruz se destacó como la principal oposición al gobierno de Evo y, en 2019, protagonizó numerosas manifestaciones pidiendo su renuncia, las cuales tuvieron lugar en noviembre del mismo año. Entre sus principales referentes están Luis Camacho,

¹ GT 06 – Pensamento Político na América Latina.

² Professora da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: julianamagalhaesc@yahoo.com.br.

nombre conocido por postularse en las elecciones contra Evo Morales y también por ser uno de los principales líderes de las protestas que pretendían la renuncia del entonces presidente. Basado en noticias extraídas de tres publicaciones periódicas latinoamericanas: 1) O Globo - Brasil; 2) La Nación - Chile; y 3) Clarín - Argentina, en el año 2019, pretendo, a través del análisis documental comparativo, enfocar el discurso producido sobre el Comité Cívico de Santa Cruz y luego analizar las estrategias adoptadas por la entidad.

Palabras clave: América Latina; Conservadurismo; Golpe de Estado; Brasil; Bolivia.

1. Contextualização

Desde os anos 1980, a América Latina passa por um processo político que ficou conhecido como terceira onda (HUNTINGTON, 1994). Segundo Vitullo (2006), podemos definir essa terceira onda temporalmente a partir da queda de Salazar em Portugal, em 1974, e, na América Latina, a partir de 1979, com o retorno da democracia no Equador. Após aproximadamente três décadas em regimes autoritários, países como Brasil, Argentina, Chile e Bolívia – dentre outros – passaram por um processo de transição e abertura democrática, no qual as instâncias representativas foram, paulatinamente, reestabelecidas. Segundo O'Donnell e Schmitter (1988), tal transição consistiria em um intervalo entre um regime político e outro. No caso latino americano, entre um regime autoritário e uma democracia consolidada, passando por um espaço de tempo em que os elementos internos ao regime autoritário possibilitam tal transição ao passo que as instituições democráticas se efetivem e legitimem na sociedade. É desse contexto, de transitologia e consolidologia (O'DONELL; SCHMITTER, 1988) que partimos para localizar e dimensionar os regimes democráticos na América Latina.

Ao nos debruçarmos sobre a extensa literatura produzida sobre a democracia na América Latina, devemos destacar também a dificuldade em desenvolver uma leitura não colonial sobre os processos sócio históricos do continente. O olhar subalternizado, lançado por grande parte da produção epistemológica no campo das Ciências Sociais, sobre os povos latino americanos por vezes dificulta uma análise que rompa com as estruturas coloniais. Nesse sentido, Ballestrin (2016) aponta para o fato de que a teoria política democrática contemporânea quase não ter assimilado olhares e vozes do chamado Sul Global. Assim,

consideramos importante destacar que o estudo da via institucional e representativa não é o único parâmetro para compreender os movimentos democráticos, sendo apenas uma via dentro da noção polissêmica e em constante desenvolvimento que é a democracia (LOURENÇO; PEREIRA DA SILVA; BALTAR, 2018).

Ainda dentro das leituras possíveis sobre as diversas formas de compreender o conceito de democracia na América Latina, González Casanova, buscando desenvolver uma epistemologia latinoamericana, nos traz importantes contribuições no que diz respeito a compreensão dos processos democráticos materiais dentro do contexto do que define por colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007). Segundo o autor “[...] el “colonialismo” no es un fenómeno que sólo ocurra a escala internacional — como comúnmente se piensa —, sino que se da en el interior de una misma nación,[...]” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1975, p. 89). Entender a relação entre os processos políticos vivenciados com as contradições internas a cada território nacional faz-se, portanto, necessário na medida em que é por meio das disputas existentes que os processos sócio-históricos, institucionais ou não, se desenvolvem.

Sendo exceção à regra no contexto latino americano, não observamos na Bolívia a necessidade de um regime autoritário para implementação de uma agenda de políticas neoliberais, no momento de abertura democrática na década de 1980 (ANDERSON, 1995). Contudo, ao atualizarmos a análise para o contexto atual, podemos notar uma forte relação entre a agenda neoliberal e a oposição à Evo Morales, mais precisamente às políticas sociais e de nacionalização, além do que se diz ser a vitória da política sobre a técnica (STEFANONI, 2019). Nesse sentido, os neoliberais construíram críticas ao chamado *proceso de cambio*, que pode ser entendido como a agenda de mudanças econômicas e sociais que o governo Morales aplicou na Bolívia a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento (CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R, 2010).

Ao analisar os processos bolivianos, percebe-se a impossibilidade de compreender as disputas existentes na sociedade civil, sem contextualizar o processo de consolidação do Estado plurinacional. O reconhecimento aos povos originários, a ênfase na representação

indígena e tudo o que isso significa é um fato político de grande impacto. É preciso, portanto, compreender os caminhos que foram traçados e fizeram da Bolívia esse Estado plurinacional.

O comitê cívico de Santa Cruz foi fundado no ano de 1950, formado por 24 setores da sociedade de Santa Cruz e 288 instituições da sociedade civil. Entre as bandeiras mais expressivas do comitê, está a defesa por uma autonomia departamental. Ao longo do governo do MAS, o comitê de Santa Cruz se consolidou como principal opositor do governo “socialista”, dentro e fora da institucionalidade representativa.

Para compreender a atuação do Comitê de Santa Cruz, faz-se necessário analisar o papel cumprido pelo MAS ao longo dos últimos 15 anos, com destaque para o governo de Evo Morales, no tocante ao reconhecimento e fortalecimento dos povos originários na Bolívia e criação do Estado Plurinacional da Bolívia. Entre os principais embates está a permanente acusação de uma ditadura “da maioria” e uma imposição ideológica das populações indígenas sobre as populações que não se reconhecem como tal. Tal fenômeno pode ser explicitado a partir do entendimento dos processos de colonização comuns aos territórios latino americanos, com forte presença da igreja católica e, mais atualmente, da igreja protestante. A relação feita no imaginário social entre civilização, desenvolvimento e conversão ao cristianismo se expressa na visão negativa sobre as culturas dos povos originários e suas práticas de vida. Isso evidencia-se, por exemplo, em acontecimentos políticos recentes, como o golpe institucional protagonizado pelo comitê de Santa Cruz junto de outras representações oposicionistas ao MAS na Bolívia, quando da renúncia de Evo Morales em 2019 e a cena mundialmente divulgada dos oposicionistas ajoelhados diante da bandeira da Bolívia com uma bíblia aberta. Toda a performance por trás dos fatos políticos evidencia o caráter religioso e racista da atuação da ultradireita no território boliviano.

Há ainda, no cenário de disputas protagonizado por grupos como o Comitê Cívico de Santa Cruz, um alinhamento ao pensamento civilizatório presente no colonialismo latino americano. É a partir da visão de que os povos originários são atrasados que se

justifica a “luta” pela conversão deles e a violência dos processos cujo embate político representativo é apenas uma das diversas faces.

1.1. O Estado plurinacional e seus desafios

Ao definir “nação”, García Linera nos diz que:

Las naciones son ante todo artefactos político-culturales performativos de larga duración histórica, con la suficiente fuerza para materializarse y solidificarse en un territorio, en prácticas políticas e instituciones económicas relativamente soberanas respecto a otras naciones, en la idea de un ancestro común y la voluntad de un destino colectivo único, diferenciado al de las otras naciones (GARCÍA LINERA, 2014, p. 24).

O Estado boliviano, ao longo de sua história, acumulou diversos processos de lutas e resistências até que se chegasse ao hoje denominado Estado Plurinacional da Bolívia. A ideia de plurinacionalidade colocada em prática é vanguardista na América Latina. A bandeira whipala, com seus quadrados em sete cores, representa o reconhecimento da diversidade dos povos andinos bem como suas filosofias.

O Movimento ao Socialismo chega ao poder na Bolívia em um contexto de grande crise econômica e social. Durante muito tempo, a Bolívia esteve entre os primeiros lugares nos índices de desigualdade e pobreza global. Com uma vasta riqueza natural, contando com recursos hídricos e ecossistemas diversos, a Bolívia traz em seu histórico, a marca do descaso e dependência típica das elites latinoamericanas, comumente aliadas às políticas imperialistas estadunidenses.

No início do século XXI, os impactos das imposições do chamado Consenso de Washington, a partir da “terapia de choque” aplicada no governo de Víctor Paz Estenssoro, na década de 1980, teve como consequência o aumento substancial da quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Em 2003, 66,4% da população boliviana estava na pobreza e 39,9% em pobreza extrema.

É nesse contexto que os povos indígenas se tornam protagonistas das transformações e disputas políticas em território boliviano. Dessa forma, em 2006, um Aymara assume a presidência do país, dando início a um novo ciclo de recuperação econômica e reconhecimento das populações indígenas.

1.2. A refundação da Bolívia

Em 25 de janeiro de 2009, a partir de um referendo popular, uma nova Constituição é aprovada na Bolívia, por 61,43% dos votos a favor. Entre as características mais marcantes do documento está o reconhecimento dos povos indígenas e camponeses. Dos 411 artigos da Carta Magna, mais de 80 tratavam de questões relacionadas às populações indígenas. Esse foi um avanço *sui generis* considerando os processos de colonização dos territórios latino americano e apagamento histórico dos povos originários.

Contudo, mesmo com os bons índices econômicos apresentados pela gestão do MAS, a partir do *proceso del cambio*, a oposição se intensificou. O avanço do conservadorismo, fenômeno não só restrito ao território boliviano mas expresso em outras realidades latinoamericanas, agudizou as contradições da sociedade boliviana no tocante a disputa de hegemonia. Se por um lado os povos originários se viram representados na esfera institucional, por outro, grupos conservadores se empenharam em consolidar uma oposição a partir da narrativa que tal representatividade estava sendo imposta pelo MAS, uma ditadura da maioria sobre a minoria, na perspectiva apresentada por eles.

Assim, inúmeros foram os embates protagonizados por grupos da ultradireita na Bolívia. Dentre esses grupos, destacam-se a Union Juvenil Cruceñista, ligada ao comitê cívico de Santa Cruz e o próprio comitê que, entre suas figuras emblemáticas, teve Luis Camacho, que, momentos após a anunciada renúncia de Evo Morales, em 2019, invadiu o palácio com uma bíblia em mãos, dizendo que “Pachamama” nunca retornaria ao palácio e que a Bolívia, agora, pertencia a Deus.

O simbolismo por trás desse acontecimento é expressivo. A bíblia, símbolo da colonização européia cristã na América Latina aparece também como ferramenta de identificação de um movimento cujo caráter racista salta aos olhos. Formado majoritariamente por pessoas identificadas com a etnia branca, o comitê de Santa Cruz tem no cristianismo missionário uma de suas principais características alinhado a um discurso separatista que já vem de longe. A independência do departamento de Santa Cruz é bandeira histórica, ainda presente nos discursos militantes de seus membros e organizações satélites.

A visão sobre a cultura dos povos originários, como algo “não pertencente a Deus” ressalta o racismo presente nas práticas e discursos da organização e se reflete na política defendida. Ao longo de 14 anos, o Comitê de Santa Cruz se consolidou como principal opositor do MAS a partir da construção de um discurso contra o plurinacionalismo e as identidades indígenas. A construção de Luis Fernando Camacho como um opositor forte ocorreu a partir da consolidação de um discurso dentro dos grandes conglomerados midiáticos. Até pouco tempo antes das eleições de 2019, sua figura tinha pouca visibilidade. Apesar de presente do Comitê Cívico de Santa Cruz, era pouco expressivo nas redes sociais, por exemplo.

Alimentado pela mídia internacional, o discurso de fraude eleitoral foi o que alimentou e inflamou o discurso de Camacho, que contou com a ampla divulgação das grandes mídias. Enquanto Carlos Mesa, enquanto candidato opositorista cumpriu o papel de uma figura “mais branda”, Camacho atuou agitando movimentações contra o MAS e as políticas econômicas e sociais do partido. Jornais de grande circulação como The New York Times e a revista Reuters consagraram Camacho como o grande opositorista, mas pouco falaram de sua conexão com os grupos da ultradireita conservadora da Bolívia. Camacho foi formado pela Union Juvenil Cruceñista, sendo presidente da organização em 2002. A UJC já há alguns anos protagoniza situações de violência, racismo e homofobia na Bolívia e em suas redes sociais é possível acompanhar as ações de oposição ao governo MAS.

Os movimentos internos da ultradireita conservadora, em cada território nacional, levando-se em conta suas constantes práticas racistas por meio da defesa de um ponto de vista colonizador, parece legitimar o que afirma González Casanova, quando diz que:

[...] el “colonialismo” no es un fenómeno que sólo ocurra a escala internacional — como comúnmente se piensa —, sino que se da en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en ella una heterogeneidad étnica, en que se ligán determinadas etnias con los grupos y clases dominantes, y otras con los dominados (GONZÁLEZ CASANOVA, 1975, p. 89).

Isso ocorre expressivamente na Bolívia e é facilmente observado na análise do discurso que é construído midiaticamente sobre organizações conservadoras e também sobre o próprio MAS.

2. Análise documental-midiática

Para materializar a pesquisa sobre as narrativas em torno da organização do Comitê Cívico de Santa Cruz e sua atuação, foi feita uma pesquisa documental a partir das notícias em torno das eleições de 2019 na Bolívia e golpe institucional que deflagrou a renúncia de Evo Morales. Apresentaremos, na tabela abaixo, os resultados:

| Periódico | Data | Título da Matéria | Resumo |
|------------------|------------|--|---|
| O Globo (Brasil) | 12/11/2019 | “Grupo de opositor radical de Evo Morales controla ruas na Bolívia e determina quem pode passar” | A matéria discorre sobre a ausência de polícia no departamento de Santa Cruz e o controle que o Comitê de Santa Cruz exerceu no período de crise política que culminou na |

| | | | |
|---------------------------|------------|--|---|
| | | | renúncia de Evo Morales. |
| O Globo (Brasil) | 03/11/2019 | “Setor Mais Radical da oposição a Evo Morales toma as rédeas de protestos na Bolívia” | A matéria coloca em oposição “mais radical” e a candidatura de Carlos Mesa, bem como ressalta o pedido de intervenção militar feito pelo grupo e de renúncia imediata do governo. |
| La Nacion (Chile) | 08/11/2019 | “Bolivia: Camacho busca aliados para forzar la renuncia de morales” | A reportagem discorre sobre a busca por aliados políticos protagonizada por Camacho na busca pela renúncia de Evo Morales |
| La Nacion (Chile) | 22/10/2019 | “Bolivia: grupos civiles llaman a paro general por virtual triunfo de morales” | O foco é no medido de intervenção militar feito pelo Comitê Cívico de Santa Cruz e seus aliados, um mês antes da renúncia de Evo Morales. |
| Clarín (Argentina) | 11/11/2019 | “Crisis en Bolivia/: Luis Fernando Camacho, el hombre clave en la caída de Evo Morales(…)” | Na matéria, o foco está nas declarações feitas por Camacho de que não havia golpe em curso, além de seu pedido para uma transição pacífica. |
| Clarín (Argentina) | 05/11/2019 | “Histriónico y fundamentalista – Quién es Luis | A matéria apresenta a figura pública de Camacho, citando a |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | Fernando Camacho, el líder opositor que pone en jaque a Evo Morales en Bolivia” | presidência do comitê de Santa Cruz como uma referência central bem como seu fundamentalismo religioso. |
|--|--|---|---|

Fonte: O Globo (2019), La Nación (2019) e Clarin (2019).

3. Possíveis paralelos

A atuação do Comitê de Santa Cruz na Bolívia apresenta, em nossa análise, semelhanças com outras organizações de ultradireita na América Latina. Como possíveis pontos em comum estão o caráter cristão conservador fortemente difundido e também a oposição a partidos progressistas e de esquerda. Ao olharmos, por exemplo, para o período recente da realidade política brasileira, notamos que o grupo que aglutinou – e elegeu – Jair Bolsonaro é um grupo que muito compartilha em termos de valores com o Comitê de Santa Cruz. Existe, inclusive, registros de um encontro, à véspera do golpe institucional na Bolívia entre Ernesto Araújo, ex-ministro das relações internacionais do governo Bolsonaro, Carla Zambelli, deputada federal da ala governista e Luis Fernando Camacho. Muitas são as análises do período que enfatizam uma conexão entre a atuação dos grupos de extrema direita nos diversos territórios nacionais na América Latina.

Camacho, assim como Bolsonaro, aparecem, inicialmente, como figuras fora do *establishment* político mas são eleitos pela grande mídia para representar uma certa oposição radical. Dessa forma e atuando também pelas redes sociais, conseguem ganhar forças e adeptos. Fortalecendo o campo político conservador e potencializando polarizações na esfera política representativa e sociedade civil. Após agitação política, Bolsonaro é eleito presidente – sem participar de debates – e Camacho é eleito governador de Santa Cruz, o que expressa bem o direcionamento para as instâncias representativas que a “militância” conservadora protagoniza.

4. Considerações Finais

Como conclusões iniciais da análise documental aqui apresentada, destaca-se a forte similitude na atuação de grupos da ultradireita na América Latina, com destaque para a agenda conservadora e sua relação com instituições religiosas cristãs, tanto católicas – no caso boliviano – quanto evangélicas, no caso brasileiro. Além disso, há um destaque para o pedido de intervenção militar, fortemente presente no discurso, o não respeito às instâncias democráticas ao passo em que, como consequência da polarização protagonizada por tais grupos, há um direcionamento para a disputa institucional e representativa, buscando aparentemente consolidar um campo representativo no legislativo.

Consideramos a necessidade de mapear, analisar e compreender a atuação de grupos de extrema direita na América Latina, pois os mesmos têm dado a cara no cenário político e aparecido, a partir das narrativas midiáticas, como protagonistas de diversos episódios recentes de intervenção direta no funcionamento da democracia representativa. Mais do que nunca, é de fundamental importância debruçar-se sobre o desenrolar da luta de classe e disputas ideológicas no continente que tem como característica marcante a dependência colonial, violência com os povos originários e desigualdades sociais. O discurso racista e de ódio presente em organizações como o Comitê de Santa Cruz legitima uma visão de mundo que retroalimenta dependências e conflitos de classe, raça e gênero, fazendo reviver antigos monstros da nossa história, como foram as ditaduras militares entre as décadas de 1960 à 1980.

O não respeito aos povos originários também aparece como marcante na agenda da ultradireita latino americana. Se citarmos acontecimentos recentes, no Brasil, por exemplo, vemos na agenda política institucional a votação de um projeto de emenda Constitucional chamado de “Marco Temporal” que simplesmente passa por cima (literalmente) das demarcações territoriais conquistadas com muita resistência ao longo dos últimos anos.

É preciso caracterizar o lado perverso do conservadorismo latino americano, sua raiz colonial e também seu alinhamento com a agenda neoliberal imposta pelo

imperialismo estadunidense. O passado e o presente se encontram, e, entre sistema colonial e uma modernização tardia, encontramos o que há de pior no tocante ao respeito à dignidade humana, diversidade e soberania dos povos.

Referências

ALVAREZ, Sonia & ESCOBAR, Arturo. **The Making Of Social Movements In Latin America: Identity, Strategy, And Democracy**. Westview Press. 1992

ANDERSON, Perry. “**Balanço do neoliberalismo**”. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1997

BARBOSA PINHEIRO, Lia & SILVEIRA FERNANDES, Edilmara Kayt. **Pablo González Casanova e a sociologia latino-americana**. In: Tensões Mundiais. Fortaleza, v.16, n. 32, 65-90. 2020

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes. 1977

CASTAÑEDA, Jorge. **Latin America's left turn**. Foreign Affairs, s.l., v. 85, n. 3, p. 28-43, may-jun, 2006

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo, neoliberalismo e pessoa fractal**. Rev. antropol. (São Paulo, Online), v. 62 n. 3: 530-557 . USP. 2019

CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R. (2010). **The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia : Accomplishments and Limitations**. In: Latin American Perspectives

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo Interno (uma redefinição)**. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLASCO. 2007

LOURENÇO, Beatriz Soares. PEREIRA DA SILVA, F; BALTAR, Paula. **Colonialidade Do Saber, Dependência Epistêmica E Os Limites Do Conceito De Democracia Na América Latina**. In: Democracia na América Latina: Democratização, tensão e aprendizados. GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñera & CRUZ, Danilo Uzêda. Buenos Aires: Clasco. Feira de Santana: Editora Zarte. 2018

O'DONNELL, G. AND SCHMITTER, P. **Transitions from authoritarian rule**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1986

QUIJANO, A. “**Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**”. In: Lander, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2005

Matérias em periódicos:

<https://oglobo.globo.com/mundo/grupo-de-opositor-radical-de-evo-morales-controla-ruas-na-bolivia-determina-quem-pode-passar-24076946> – acesso em 02 de setembro de 2021

<https://oglobo.globo.com/mundo/setor-mais-radical-da-oposicao-evo-morales-toma-as-redeas-de-protestos-na-bolivia-24059696> – acesso em 02 de setembro de 2021

<http://www.lanacion.cl/bolivia-camacho-busca-aliados-para-forzar-la-renuncia-de-morales/> - acesso em 05 de setembro de 2021

<http://www.lanacion.cl/bolivia-grupos-civiles-llaman-a-paro-general-por-virtual-triunfo-de-morales/> - acesso em 06 de setembro de 2021

https://www.clarin.com/mundo/luis-fernando-camacho-lider-opositor-pone-jaque-evo-morales-bolivia_o_SUPdoEHQ.html – acesso em 01 de setembro de 2021

https://www.clarin.com/mundo/luis-fernando-camacho-hombre-clave-caida-evo-morales-tumbamos-gobiernos-liberamos-pueblo-fe-_o_bqEm5BQZ.html – acesso em 01 de setembro de 2021